

## ATA da Reunião Extraordinária do CACS-FUNDEB

Às catorze horas do dia dezessete de janeiro de 2022, através da Plataforma Google Meet, o Senhor Marcos Felipe Costa Marques, Presidente do CACS-FUNDEB, deu início aos trabalhos, solicitando que o Conselheiro Jaguaracy Conceição, exercesse a função de Secretário, para a feitura da ATA. Participaram da reunião os Conselheiros e Conselheiras Marcos Felipe Costa Marques, representante do Conselho Municipal de Educação (CME), Jaguaracy Conceição, representante dos Professores da Educação Básica Pública, Vitor de Castro Veiga, representante da Secretaria Municipal de Educação (SEMED), Thiago Brandão, representante da SEMED, Rosilainde Amorim, representante dos Servidores Técnico-administrativo da Escola Básica Pública, Fábio Araújo, representante dos Diretores(as) da Escola Básica Pública, Vera Santana, suplente dos Pais de Alunos da Escola Básica Pública, a Titular justificou a ausência, Nadja Amaral, representante dos Pais de Alunos da Escola Básica Pública. E como visitante o Conselheiro do Conselho Municipal de Educação (CME) Jair Em prosseguimento, o Presidente falou sobre o movimento que a ASPROLF-SINDICATO faria no dia dezoito no Centro Administrativo de Lauro de Freitas (CALF) e franqueou a palavra. Tomou a palavra o Sr. Vitor para explicar sobre o atraso dos envios dos Relatórios Bimestrais para o SIOPE. Em seguida, o Presidente falou das dificuldades encontradas para a análise dos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária (RREO) com as letras miúdas e depois da publicação e que dessa vez eles foram enviados da maneira como eles enviam antes da publicação e que isso é positivo e o negativo é não ter ninguém da área de Contabilidade para sanar as dificuldades encontradas. Que observou em alguns detalhes do Processo que a Gradus enviou e que no primeiro relatório estava com muitas divergências e a Prefeitura falou da necessidade de aprovação por conta de uma emenda; que depois vai perguntar a Vitor, pois estava sabendo e leu um Parecer do Ministro Gilmar Mendes em virtude de o Estado de Santa Catarina ter provocado o Supremo Tribunal Federal (STF) dizendo que o Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias (CAUC) era inconstitucional, pois segundo eles tinham cumprido todas as regras de transparência, mas não tinham alimentado o Sistema de Informações sobre Orçamento Público em Educação (SIOPE) por conta de algum problema, como aqui em Lauro de Freitas tem, e entrou com Mandado de Segurança no STF; que o entendimento do Ministro Gilmar Mendes é que o Município não pode ser penalizado por estar com falhas no CAUC, no sentido de não receber recursos; Marcos diz que nunca comentou, mas achava que Lauro de Freitas estava sem muita pressa porque o CAUC não estava mais tendo a função de pressionar o município e que queria saber se Vitor tem conhecimento de que a Lei caiu, se o CAUC funciona mesmo ou se tem alguma coisa faltando; Vitor diz que até onde sabe, o CAUC funciona mesmo e que foi uma emenda que não foi parlamentar, e sim, de um Projeto de Construção de Ciclovia e o município ficou sem receber justamente por causa do CAUC, pois tinha que ser emitida uma Certidão e esta não pode ser emitida; que não souberam diretamente porque não é um recurso que vem para a Educação e foi a Secretaria de Infraestrutura que chamou para uma reunião juntamente com a Controladoria, tendo esta informado que não pode ser feita porque está negativado no CAUC; que o pode acontecer é entrar

com uma ação judicial para ver se pode reverter, mas em termos legais o município está impedido e acha que isso é uma prova do funcionamento do CAUC; que ficou curioso para verificar a ação de Santa Catarina porque desconhecia; Marcos disse que enviaria para o grupo e disse que a Gradus enviou alguns relatórios com os problemas que estavam divergentes com o relatório que foi publicado pela Prefeitura no Portal da Transparência, o Anexo oito do RREO; que disse para a Prefeitura que com esse Relatório não faria nem a reunião, porque não iríamos aprovar um Demonstrativo com essas falhas; que a Gradus comentou o que sempre comenta, que é a diferença de Metodologia; que comentou com Antônio que estamos na Rede de Conhecimento do Fundeb e há várias pessoas já questionaram por lá e que Jaguaracy é bem antigo lá, sobre os Dados do SIOPE estarem coincidindo convergentes com os dados do RREO Municipal e que os Técnicos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE) colocam é que é que precisam; que Antônio falou do Manual de Demonstrativos Fiscais que orienta os Técnicos e os Contadores a preencher o Demonstrativo Anexo oito do RREO e do SIOPE e que o Anexo oito do RREO é idêntico ao do SIOPE e o Manual de Demonstrativo não faz diferença entre um e outro, as verbas para preencher um e outro são as mesmas; mas entendeu quando Antônio fala de Sistema pois o SIOPE é um Sistema e tem campos que são preenchidos automaticamente e se houve um erro lá atrás ou tem uma diferença lá atrás de cinco centavos, de cinco reais ou mais elas vão se sobrepondo e só vai corrigir na origem do erro, isso a gente compreende; que sexta-feira abriu um Fale Conosco um pedido de dúvidas a respeito dessas divergências e a FNDE respondeu hoje mandando ler o Manual do Fundeb; que já leu o Manual umas dez mil vezes e não tem nada lá sobre isso, mas eles deram aquela resposta que já foi publicado o Manual e deu o link para acesso; que enviou uma mensagem direta ao FNDE pelo e-mail e que eles dizem que é para tirar dúvidas, mas que ainda não veio resposta; que é isso que temos e passando para o Demonstrativo, Camile da Gradus já vinha conversando para resolver aquela pendência de dois mil e dezoito que está dando diferenças nos quadros quarenta e oito, cinquenta e um e cinquenta e quatro, essas diferenças elas já conseguiram sanar o problema em dois mil e dezoito que estava travando e o FNDE não permitia que é um dado já transmitido e que o Tribunal de Contas do Município (TCM) avaliou as contas do município a partir das transmissões desses dados e que é difícil mesmo o FNDE aprovar que o município mexa, que tem que provar com muita documentação que ela mostrou e que mandou para o grupo o histórico que ela tinha de conversas com o FNDE; que deu para perceber essas dificuldades, mas já vencemos o ano de dois mil e dezoito e que precisa corrigir dois mil e dezenove e dois mil e vinte; que vamos ter as mesmas divergências nos campos quarenta e oito, cinquenta e um e cinquenta e quatro; que fez as contas e a diferença bate exatamente com a diferença que a Gradus relata, que é lá de dois mil e dezoito e que no Demonstrativo essa diferença aparece; que outra coisa que temos e que é um problema e que seria importante que a Gradus estivesse presente é que o RREO que eles mandaram informaram que houve mudanças que eles precisaram fazer no SIOPE, corrigiram algumas falhas e outras falhas do RREO e informaram que vão republicá-lo; que existe essas divergências e necessário saber quando se dará essa republicação; que necessitaremos de um documento constando isso também que o RREO será

republicado; que tirando esses dois elementos é isso; que os números dos Relatórios coincidem com os do Anexo oito do RREO e também batem com os extratos do Banco do Brasil e que colocou uma tabela no nosso drive e colocou o link no grupo para que pudéssemos fazer isso; então os saldos das Receitas estão corretos; que tem um dado incorreto que são os dados da Previsão Orçamentária do segundo e terceiro bimestres; as previsões orçamentárias variam de tempo em tempo pois a previsão tem a ver com as análises econômicas do país, o que foi confirmado por Antônio da Gradus; então se você tira um Demonstrativo do SIOPE no segundo bimestre ou logo após ele vai mostrar as previsões orçamentárias daquele período, como o RREO é tirado naquele período tem a previsão orçamentária dele; como o SIOPE foi todo preenchido agora, nesse momento de dois mil e vinte e dois já estão consolidados, então há diferença na previsão e esta não tem nada a ver com orçamento que funciona para o gestor ter noção de quanto vai chegar; essa previsão do quadro de Receitas de Impostos têm várias diferenças no segundo e terceiro bimestres; no quarto e no quinto bimestres como já está mais próximo do fim de ano não tem mais essas diferenças nas previsões porque o orçamento da União já está mais consolidado e mais próximo do período que ele publicaram o RREO do município; então, feitas essas considerações é isso; vou abrir para quem fez análises para comentar. Vitor fala que sobre essas observações de divergências irá cobrar da Gradus e em relação a dois mil e dezoito o que entendeu deles é que precisa dar o ok para poder liberar dois mil e dezenove, fazer a correção para liberar dois mil e vinte e fazer a correção; Marcos diz que dois mil e dezoito já resolveu falta liberar dois mil e dezenove e dois mil e vinte; Vitor diz que eles estão cientes de que há divergências e isso eles comunicaram, o que implica consequentemente em dois mil e vinte e um, então eles precisam fazer todas as correções e que está ciente disso aí; que em relação ao que Marcos citou sobre o segundo bimestre não entendeu direito sobre um possível diferença de valores comentada por Marcos para que se possa cobrar isso; que está tentando manter contato com alguém da Gradus para entrar na reunião; Marcos diz que seria bom e que a diferença que comentou é que algumas alterações eles fizeram no SIOPE que pedimos e outras fizeram no Anexo oito do RREO como feito no primeiro bimestre, quando eles o republicaram no Portal da Transparência e aí percebeu que foi isso novamente e que Antônio comentou que seria coisa a ser feita no RREO porque no SIOPE não tem como eles mexerem; Vitor diz que entendeu. Marcos fala que como da outra vez foi uma coisa mais rápida já estavam na reunião com a republicação do RREO e acha que seria necessário sabermos quando esses novos relatórios serão republicados no Diário Oficial do Município; Vitor diz que entendeu e falará com Antônio: Marcos pergunta se alguém mais vai se pronunciar. Jaguaracy diz que as diferenças constantes no Relatório encaminhado pela Gradus efetivamente batem, mas que gostaria que realmente tivesse alguém da Gradus presente na reunião para poder explicar o porquê de constar no RREO valores menores do que no Demonstrativo do SIOPE; que no Relatório eles citam a linha quarenta e oito, mas tem também as linhas cinquenta, cinquenta e um e cinquenta e quatro. Marcos diz que são quarenta e oito, cinquenta, cinquenta e um e cinquenta e quatro e que tudo tem a ver com a Disponibilidade Financeira dos anos anteriores; Jaguaracy diz que há algum tempo foram chamados para uma reunião na Secretaria da Fazenda e que foi pedida a

Validação do SIOPE e que eles iriam concertar, quer dizer à época já era a de dois mil e dezoito e não está conseguindo entender porque depois eles informaram que haviam feito a correção e agora o FNDE está pedindo novamente dois mil e dezoito; Marcos diz que Camila e Antônio disseram que é outro dado referente ao Salário Educação e que o outro era resquício do Fundeb que entra só nessa conta de Recursos Disponíveis na conta da Educação; diz que tem também no Fundeb e que então tem problemas nos dois; que o cuidado que tivemos foi pedir à Gradus um relatório sobre essas diferenças nos campos, porque nos outros campos não acha que é diferença, que são campos de previsão orçamentária e o pessoal da Gradus falou sobre isso no Relatório deles; que acha que essas divergências não tem problema nenhum porque como já falou a previsão orçamentária muda dependendo de quando você vai imprimir o demonstrativo; agora as diferenças dos campos já por ele citados vão aparecer em todos demonstrativos e dependem de uma correção lá atrás e no ano passado vivemos com isso e já discutimos no primeiro bimestre e como Jaguaracy falou em dois mil e dezoito já existia o problema; que pediu na reunião do primeiro bimestre que a Gradus fizesse uma composição dessa diferença que seria um histórico de onde vem esse valor porque já se sabe que está em dois mil e dezoito; pegarem os documentos que enviaram à FNDE mostrando que os valores estão errados, os documentos comprobatórios e fazer um relatório para apresentar ao Conselho, para não estarmos em dois mil e vinte e um aprovando contas e em dois mil e vinte e quatro dizer que a conta a ser aprovada teve um problema e não está podendo ser aprovada por problema em dois mil e vinte e um e para o município não está sempre retificando três anos atrás e isso é um problema que não pode ficar acontecendo e que a questão é contábil, para o pessoal não ficar pensando que pode ser problema de desvio de dinheiro; que diz que é contábil porque temos o extrato do Banco do Brasil e que esse valor de Conciliação Bancária está errado mesmo porque tem um valor a mais que são resquícios do ano anterior e temos como controlar se o município está demonstrando que o que recebeu está correto; que dá um trabalho maior, e sem o SIOPE, maior ainda de controlar as despesas; que se seguirmos os processos de pagamentos se fizermos o trabalho que fez nas contas do Fundef, por ter menos processos de pagamentos e anotar todas as despesas que deveriam vir no Demonstrativo Gerencial que já foi pedido e a Secretaria da Fazenda (SEFAZ) um protótipo disso, mas não o é ainda pois é enviado um resumo das despesas por campo, mas não chega a ser um Demonstrativo Gerencial; que eles ficaram de construir, prometeram no final do ano passado e até agora não foi entregue; que para controlar as despesas teriam que anotar todas as que foram feitas através dos Processos para chegar ao número exato; que controlar as receitas é só pegar o extrato do Banco do Brasil; que esses valores tem a ver com divergências contábeis, problemas com lançamento de informações, mas não quer dizer que seja um problema menor, mas não tem a ver com o dinheiro em si do Fundeb, tem a ver mais com a demonstração disso que também é importante e só para falar dessa importância desses demonstrativos é a partir deles que são construídas as políticas públicas; é a partir deles que vão sair os Indicadores do SIOPE, quanto foi gasto com a Educação Infantil, com a Fundamental para dizermos lá na frente se precisa gastar mais com a Educação Infantil ou Fundamental, porque o município gasta pouco vamos até o SIOPE e se ele tem números

errados, distorções a Avaliação da Educação Municipal fica prejudicada; Vitor diz que a realidade de Lauro de Freitas diante de toda essa questão do SIOPE sendo revisada é preciso instalar na Educação um Setor Orçamentário Contábil para classificar na hora da solicitação do fornecimento que precisa ser feito amiúde para que haja um controle sobre o que precisa mais ou menos e de fato é uma mudança de cultura; que teve uma reunião na sexta-feira e que o município está atrasado nesse aspecto; Marcos diz que chega na Gradus todo o montante que foi gasto e ela acaba lançando o valor de acordo com o número de matrículas e hoje pode ser diferente porque já consta nos Demonstrativos; Vitor diz que já vem facilitado porque tem a divisão orçamentária por segmento; Marcos fala que isso precisa ser uma pauta do Conselho para cobrar porque parece pouca coisa mais é muito importante e os dados precisam ser divididos como os demonstrativos já exigem a partir desse ano comecem a ser divididos pelas etapas da Educação Municipal; que o que se tem agora como tarefa é a validação do primeiro bimestre com essas ressalvas que podem ser registradas na Ata e fazer um Parecer sobre a aprovação do bimestre e apontar as ressalvas que existem para o Conselho se resguardar e colocar que as divergências foram verificadas e que a Contabilidade da Prefeitura afirma onde as divergências nascem e que faz o Relatório e publica para demonstrar o trabalho do Conselho; têm divergências nos dois e quando chegar a resposta do FNDE, cobra-se com mais firmeza; que acha que não precisava de respostas do FNDE mas Antônio insistiu nisso pois são Demonstrativos que tem metodologia diferentes e que sempre haverá divergências; disse que discorda mas como Antônio é um Profissional da Área, não vai discutir com ele e que já pediu orientação ao FNDE e que aguardamos; que diante da necessidade da Prefeitura e diante das nossas necessidades precisamos validar ou não as informações do segundo bimestre em separado e pergunta se pode ser pois as divergências do segundo bimestre foram apresentadas nos quadros quarenta e oito, cinquenta e um e cinquenta e quatro; que seria importante a manifestação para ficar registrado, que pode ser no chat, pode falar; diz que Nadja e Rosilainde se manifestaram no chat; Vitor pergunta se a manifestação é em relação ao bimestre apontando o que foi de ressalvas e Marcos responde que vamos validar o bimestre que é o que cabe ao Conselho do Fundeb e vamos construir um Relatório descrevendo o que aprovamos, mostrando as divergências que constam no Relatório da Gradus; Vitor manifesta-se dizendo que a Gradus afirma que a correção da linha quarenta e oito virá após a aprovação de dois mil e vinte; Marcos afirma que já tem os votos favoráveis de Nadja, Rosilainde, Fábio Araújo, o dele, o de Vitor e falta o de Jaguaracy; Jaguaracy se pronunciou com voto favorável; Vera Santana e Thiago Brandão votaram a favor pelo chat; Marcos propõe que sejam analisados os terceiro, quarto e quinto bimestres juntos porque são as mesmas questões, que os Relatórios contém os mesmos os mesmos problemas que batem com os valores que temos em mãos; que eles batem com as receitas que chegaram no Banco do Brasil e que somar as receitas com o resultado da aplicação e comparar com os resultados dos RREOs eles são idênticos e acha que viu uma diferença de cinco reais no terceiro bimestre o resto é tudo idêntico aos saldos do Banco do Brasil e que os cinco reais podem ter sido falha dele ou da Gradus, que não sabe mais que cinco reais não faz diferença quando se está falando de duzentos milhões; Jaguaracy diz que também verificou uma diferença de pouca coisa

entre o RREO; Marcos diz que deve ter sido o mesmo valor que verificou e que a outra divergência é a das folhas quarenta e oito, cinquenta e um e cinquenta e quatro que são idênticas e que será importante a transmissão desses documentos porque é importante para o Município e o Conselho acompanhar e que a sua proposta é para validar os três bimestres e pergunta se está ok; Rosilainde, Jaguaracy e Vitor se pronunciam favoravelmente, Marcos diz que Nadja e Fábio votaram favoravelmente pelo chat; votaram também através do chat Thiago e Vera Santana; Nadja diz que está com dificuldade em razão do barulho, mas que houve uma trégua e resolveu falar que tem o acordo, mas que temos que fazer o acompanhamento dos próximos bimestres coletivamente, fazer juntos e espera que os próximos cheguem com mais antecedência e que possamos fazer com mais calma, que acha importante e colocando as dificuldades, que não dá para ficarmos na dependência disso, estarmos sempre prontos quando resolver chegar, que é um avanço conseguir isso com mais antecedência; Jaguaracy diz que na folha dos Professores, Diretores de setembro e outubro há um equívoco com o nome dele e de outra Professora da mesma escola, que ele sabe que ela só trabalha no turno matutino porque no vespertino e noturno ela é do Estado e consta na Folha como quarenta horas no Santa Júlia e a mesma coisa está acontecendo com ele que é N2D e consta na folha como N1B quarenta horas com o salário de oito mil reais, mas tem que se ver o porquê disso; que já vinha abismado com algumas coisas que via em relação a valores de salários que achava estranho, mas agora por coincidência está lá o nome dele; que olhou o extrato bancário do mês de setembro e foi depositado o valor que realmente recebe; Marcos diz que quando Jaguaracy falou queria até ver, mas não sabe se é isso, que está supondo que já viu várias vezes antes erros de linha em que a pessoa de cima estar com salário da de baixo e que só dar para ver quando compara com a folha, mas que não deixa de ser um erro e o pessoal que produz a folha precisa ter cuidado porque o nosso papel é construir relatório a partir dos dados recebidos, não é para ficar indo atrás para ver onde é o erro; Vitor diz que olhou a folha de outubro que foi a última a ser enviada e que continua o mesmo equívoco e que não tem sentido e que vai falar com a Secretaria de Administração (SECAD); Marcos diz que deve ter algum problema porque a Folha é construída a partir do relatório da SECAD e que deve ser problema na formatação e no envio; Vitor diz que o Relatório é gerado no Sistema da Metrôpoles e faz download no formato Excel, mas que não vê uma explicação para isso e que vai ligar para entender o porquê; Marcos diz se Vitor tiver a resposta já envia para o Conselho e não esperar a próxima reunião porque precisamos avaliar todas essas contas, Jaguaracy e Nadja, já devem estar fazendo isso; Jaguaracy diz que o Conselho deveria solicitar da Controladoria cópia do Relatório de Controle Interno (RCI) que seria outro facilitador para o nosso trabalho; Marcos pergunta se são produzidos mensalmente ou só são feitos quando o TCM pede e Jaguaracy responde que são mensais; Vitor pergunta quando será a próxima reunião e Marcos diz que ainda não foi feito o Calendário das Reuniões Ordinárias, mas que tem que haver uma ainda esse mês e propõe dia vinte e cinco e que confirmará no grupo, se alguém tiver alguma dificuldade pode ser feita em qualquer data porque não há choque com nada, mas tem que ser até o dia trinta e um porque o nosso Regimento fala em uma reunião mensal. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às quinze horas e trinta minutos e eu,

Jaguaracy Conceição, lavrei a presente ata que depois de lida e achada conforme vai devidamente assinada por mim e por todos os presentes.